

NOTICIÁRIO

UM DECÊNIO DE ATIVIDADES PELO DIREITO COMPARADO

O ano de 1991 marcou o primeiro decênio de atividades ininterruptas pela cultura jurídica do Brasil e de Portugal, principalmente e, em qualquer caso, pelo direito comparado, tarefa que se impôs o Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, a partir de sua fundação, em agosto de 1981.

Afirmamos, à época de início de nossas atividades, um compromisso que tem sido satisfeito, com entusiasmo e com sucesso, graças ao apoio e colaboração dos que ajudaram nessa grande tarefa cultural.

Os objetivos perseguidos há dez anos foram alcançados, com o desenvolvimento de suas atividades em várias áreas científicas: história do direito, filosofia e teoria do direito geral; metodologia da pesquisa jurídica, sociologia do direito, direito civil, direito comercial, direito do trabalho, direito processual, direito constitucional, direito administrativo, direito fiscal e financeiro, direito penal, e direito internacional e econômico.

A comprovação do cumprimento dessas tarefas se exprime pelos vários eventos realizados no Rio de Janeiro, Lisboa.

Nos congressos que tiveram como cenário o Rio de Janeiro, pudemos contar com a presença de algumas das mais emi-

nentes figuras representativas da cultura jurídica de Portugal, inclusive professores de suas universidades, magistrados e membros do Ministério Público.

Dificuldades houve, sem dúvida, e que foram vencidas com a força de vontade e a convicção de estarmos realizando uma tarefa gratificante, pela sua significação.

Com tal confiança, afirmamos há dez anos passados: somos dos que acreditam na existência de valores fundamentais a alicerçarem o envolver histórico das nações e de suas culturas. Tais valores realizam-se através dos sistemas jurídicos que os consagram e os perpetuam, constituindo-se, por isso, na expressão de sua perenidade”.

Um programa está sendo elaborado para comemorar a primeira etapa de nosso sucesso que, ontem como hoje, está condicionado no futuro, ao apoio e colaboração dos que nos ajudaram até agora e de outros que se alistarão, estamos certos, no trabalho de valorização da cultura jurídica, a nível internacional.

**DOCTORAMENTO “HONORIS CAUSA” DO REITOR DE
COIMBRA, PROF. DOUTOR RUI DE ALARCÃO,
PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**

Associando-se às comemorações com que a comunidade científica internacional festejou, em 1990, o Sétimo Centenário da Universidade de Coimbra, a Universidade Federal do Rio de Janeiro conferiu o título de Doutor “Honoris Causa” ao Professor Doutor Rui de Alarcão, Reitor da Universidade de Coimbra.

Com o apoio do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, realizaram-se os eventos que fortaleceram o convênio de cooperação pedagógica e científica entre a UFRJ e a Universidade de Coimbra, abrindo, dessa forma, novas perspectivas para o desenvolvimento da ciência e da cultura em Portugal e no Brasil.

Do programa constaram as seguintes atividades:

Dia 3/6/91

16,00 — Abertura do Curso de Estudos Europeus — Centro Luso-Brasileiro de Cultura

18,00 — Sessão solene de entrega do Título de Doutor “*Honoris Causa*” da UFRJ — Faculdade de Direito.

Dia 4/6/91

16,00 — Inauguração da Exposição Documental Medalhística e Bibliográfica “Universidade de Coimbra: Tradição e Futuro” — Biblioteca Nacional.

18,00 — Sessão Evocativa do VII Centenário da Universidade de Coimbra.

Faculdade de Direito da UFRJ.

Dia 5/6/91

09,00 — Simpósio sobre o Estatuto do Menor no Direito Português e Brasileiro.

Faculdade de Direito da UFRJ.

CURSO DE ESTUDOS EUROPEUS

Realizou-se de 3 a 21 de junho de 1991, no Centro Luso-Brasileiro de Cultura, no Rio de Janeiro, o Curso de Estudos Europeus da Universidade de Coimbra, trazido ao Brasil pelo Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro.

A aula inaugural foi proferida pelo Professor Doutor Rui de Alarcão, Reitor da Universidade de Coimbra, que ressaltou a importância desse curso na formação de pós-graduados nas questões jurídicas e econômicas referentes à integração euro-

péa e as instituições e políticas da Comunidade Econômica Européia.

Participaram profissionais das áreas jurídicas, econômica e empresarial, que terão seus diplomas chancelados pela Universidade de Coimbra, após a aprovação em todas as disciplinas e a apresentação de um trabalho individual sobre tema relacionado às matérias curriculares da respectiva área.

Coordenado pelos professores Francisco Amaral e Manuel Porto, o curso contou com os professores-doutores da Universidade de Coimbra:

- . Rui Moura Ramos — Direito Internacional Privado.
- . Manuel Carlos Lopes Porto — Ciências Econômicas e Políticas.
- . Maria Angela Soares — Direito Comercial
- . José Xavier de Bastos — Direito Tributário.
- . Antonio Robalo Cordeiro — Direito Comunitário.

Peio lado brasileiro, participaram como conferencistas os Profs. Theophilo Azeredo Santos, Carlos Henrique de Carvalho Fróes e Leda Miranda Hühne, esta referente à parte da metodologia científica.

Nosso Instituto pretende oferecer este curso periodicamente, de modo a interessar um maior número possível de profissionais, tanto de empresas internacionais quanto ligados à administração jurídica, pelos grandes temas do direito econômico internacional.

SESSÃO EVOCATIVA DOS 700 ANOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Os 700 anos da Universidade de Coimbra, berço da ciência e da estrutura universitária implantadas no Brasil, foram comemorados, em uma Sessão Evocativa, no dia 4 de junho, na Faculdade de Direito da UFRJ.

Assinalando a importância de Coimbra na formação da ciência e da cultura portuguesa e brasileira usaram da palavra

os Profs. Dr. Rui de Alarcão (Reitor da Universidade de Coimbra), Dr. Paulo Alcântara Gomes (Vice-Reitor da UFRJ), Prof. Antonio Vicenteda Costa Jr. (Diretor da Faculdade de Direito da UFRJ) e Prof. Francisco Amaral (Presidente do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro).

“UNIVERSIDADE DE COIMBRA: TRADIÇÃO E FUTURO”

Este foi o tema da Exposição Documental e Bibliográfica realizada na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, como parte integrante dos eventos que marcaram os 700 anos da Universidade de Coimbra, promovidos nesta cidade, pela UFRJ.

Graças à pronta colaboração do Embaixador do Brasil em Portugal, Dr. Luís Felipe Lampréia, foi possível trazer ao Brasil um precioso acervo sobre a história da Universidade de Coimbra, composto de livros e documentos históricos, parte do que foi doado à Biblioteca Nacional.

PROTEÇÃO DO MENOR

Com a participação do prof. Doutor Caio Mário da Silva Pereira (UFRJ), Profa. Eliana Gersão (Centro de Estudos Jurídicos de Lisboa) e Desembargadora Áurea Pimentel (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) realizou-se no dia 5 de junho, de 1991 na Faculdade de Direito da UFRJ, o Simpósio sobre a proteção do menor no direito português e brasileiro.

O evento fez parte das comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra.

Os participantes abordaram o assunto que, contemporaneamente, vem mobilizando os meios de comunicações e a sociedade em geral: a legislação sobre o menor, em Portugal e no Brasil.

VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITO ROMANO, CIVIL E COMPARADO

Evento marcante das atividades do nosso Instituto durante o ano de 1990, foi a realização do VII Congresso Latino-Americano de Direito Romano, de 30 de agosto a 1^o de setembro de 1990, no Salão da Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura.

A Sessão solene de abertura foi presidida pelo Reitor da UFRJ, Prof. Nelson Maculan Filho, na manhã do dia 30 de agosto, às 9 horas, depois do que, se sucederam as sessões plenárias, com conferências e comunicações, obedecendo o seguinte temário: 1. O romanismo dos juristas latino-americanos. O direito romano e sua recepção na América portuguesa e espanhola. 2. Pessoas. O nascituro e sua proteção jurídica. Personalidade. O estado pessoa. A problemática ética e jurídica das novas técnicas de reprodução humana. 3. Obrigações e contratos. Princípios, institutos e normas relativas à posição do devedor mais fraco no contrato de mútuo. A posição central da pessoa no sistema jurídico e particularmente no direito das obrigações. 4. Direito público e direito privado. Estado e sociedade civil na época contemporânea. O Estado pós-social de Direito e a superação da dicotomia sociedade-estado. 5. O ensino do direito romano na América Latina.

Participaram do congresso, como conferencistas ou expositores, eminentes juristas de quase todos os países da América Latina, e ainda da Itália, Espanha e Portugal, em número superior a oitenta. O número de inscritos, estudantes e graduados, superou os trezentos.

Foram co-organizadores do congresso o *Comité Latinoamericano para la difusión del Derecho Romano*, a *Secretaria de Coordinación de los Congresos Latinoamericanos del Derecho Romano*, e o *Grupo di ricerca sulla diffusione del diritto romano*. Colaboraram também para o sucesso do evento, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Real Gabinete Português de Leitura, que cedeu suas instalações, e o *Consiglio Nazionale*

delle Ricerche, da Itália. Houve apoio material da IOB — Informações Objetivas.

Os anais do congresso publicados estão sendo pela Revista Brasileira de Direito Comparado.

MESA REDONDA SOBRE “ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA.”

A convite do nosso Instituto, esteve no Rio de Janeiro, durante a primeira quinzena de setembro de 1990, o Prof. Doutor Antonio Manuel Hespanha, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que veio ao Rio de Janeiro expressamente para participar do VII Congresso Latino-Americano de Direito Romano e proferir conferências.

O ilustre visitante, historiador do direito e uma das mais expressivas figuras de intelectualidade portuguesa contemporânea com vasta obra publicada no campo do direito, da história e da ciência política, aproveitou sua estada entre nós para ministrar um curso de extensão na Faculdade de Direito da UFRJ sobre “O direito como constituição política da sociedade do antigo regime”, no âmbito do projeto de pesquisa jurídica que ali se desenvolve sobre “As fontes legais e doutrinárias do direito brasileiro nas épocas colonial e imperial”, sob a coordenação do Prof. Francisco Amaral. O programa do curso foi o seguinte: 1 — Introdução Metodológica e Conceitos Operatórios. Poder e Instituições. 2 — A Concepção Corporativa da Sociedade (sécs. XIII — XVII). Naturalismo e Pluralismo. 3 — O Advento do Individualismo e do Estadualismo (sécs. XVIII — XIX). 4 — A “justiça” como ideal de governo. Justiça, Graça, Economia e Política. 5 — A Estrutura do Ordenamento Jurídico. *Ius commune, jus proprium. Ius e aequitas*. Doutrina e Lei. 6 — Os mundos do Direito. Direito Erudito e Direito dos Rústicos. 7 — Juristas e Mediação Social.

O Prof. Hespanha participou ainda, na mesma Faculdade, da mesa redonda sobre “Estado e Sociedade Civil no Brasil

Contemporâneo” realizada no dia 17 de setembro de 1990, com a intervenção dos Profs. João Paulo de Almeida Magalhães, Sérgio Brasil, José Paulo Neto e Francisco Amaral, todos da UFRJ.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DE FAMÍLIA
e
VIII SIMPÓSIO DE DIREITO COMPARADO
LUSO-BRASILEIRO

Realizaram-se, de 11 a 13 de setembro de 1991, no Salão da Faculdade de Direito da UFRJ, o Congresso Internacional de Direito de Família e o VIII Simpósio de Direito Comparado Luso-Brasileiro, uma promoção do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro com apoio da OAB/RJ e da UFRJ.

O primeiro dedicou-se à discussão de duas questões atuais do direito de família: a união estável e a problemática das novas técnicas de reprodução humana. O segundo teve por objetivo promover uma reflexão sobre a eficácia da fundação jurisdicional do Estado e estudar as possibilidades de acesso efetivo ao Direito e à Justiça na sociedade contemporânea, à luz da mais recente experiência jurídica portuguesa.

Participaram juristas italianos, argentinos, portugueses e brasileiros, nomeadamente:

Aristides Junqueira (Proc. Geral da República do Brasil)
Alberto Cotrim Neto (UFRJ)
Caio Mário da Silva Pereira (UFRJ)
Carlos Alberto Direito (TJERJ)
Cláudio Viana de Lima (Dir. EMERJ)
Diogo Leite de Campos (Univ. Coimbra)
Eugênio Haddock Lobo (Pres. IAB/RJ)
Francisco Amaral (UFRJ)
Gustavo Bossert (Univ. B. Aires)
Graça Condé (Pres. A.B.D. Família)
Heloisa Barbosa (UERJ)
José Arthur Rios (UFRJ)

José Narciso da Cunha Rodrigues (Proc. Geral Rep. Port.)
Leonardo Greco (UFRJ)
Luiz Roldão de Freitas Gomes (UFF)
Luiz Querolim (Univ. Gama Filho)
Mário Bigotte Chorão (Univ. Cat. Port.)
Massimo Paradiso (Univ. Catania)
Marcia Maria Calainho de Oliveira (Dir. Est. OAB/RJ)
Miguel Seabra Fagundes (Ex. Min. Just. Br.)
Nelson Carneiro (Senador Federal)
Piernicola de Leonardis (Univ. Bari)
Paulo Lins e Silva (Fac. Cand. Mendes)
Regina Fiuza Sauwen (Univ. Gama Filho)
Ricardo Cesar Pereira Lira (UERJ)
Rubens Limongi França (USP)
Sebastião Tafaro (Univ. Bari)
Semy Glanz (UERJ)
Simão Isaac Benjó (UERJ)
Yussef Said Cahali (USP)

**PROF. CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA,
MEMBRO PERMANENTE DA ACADEMIA INTERNACIONAL
DE DIREITO COMPARADO**

A Academia Internacional de Direito Comparado ("Académie Internationale de Droit Comparé") com sede em Paris, que reúne juristas do mundo inteiro, o Professor Caio Mário da Silva Pereira como membro permanente. A eleição por unanimidade, ocorreu durante a Assembléia Geral da Academia, realizada em Montreal, no Canadá e teve em vista os títulos e qualificações do Professor Caio Mário. Trata-se de Professor Emérito em duas Universidades (Federal do Rio de Janeiro e Federal de Minas Gerais) e autor de um tratado completo de Direito Civil, além de obras de cunho monográfico no campo do Direito de Família, dos Contratos e dos Direitos reais. Além disso, o Professor Caio Mário foi o autor do Projeto da Lei dos

Condomínios e das Incorporações e de um Anteprojeto avançado e moderno de um Código de Obrigações cujas linhas básicas de unificação dos contratos civis e comerciais constituem o ponto de partida para toda a disciplina da vida contratual do Brasil. O Professor Caio Mário da Silva Pereira foi Consultor Geral da República e Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo então promovido a inauguração do busto de Rui Barbosa no Palácio da Paz, em Haia. A posse, que ainda não está marcada, deverá contar com a presença de colegas e amigos e especialmente com ex-alunos do Professor Caio Mário que ocupam cargos da Alta Administração como nos Superiores Tribunais do País.

O Prof. Caio Mário é Presidente Honorário do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro.

ENCONTRO MUNDIAL DE DIREITO AGRÁRIO

A União Mundial de Agraristas Universitários com a colaboração do INCRA e do Instituto dos Advogados de Goiás, promoveu de 17 a 21 de setembro de 1991, na Pousada do Rio Quente, o Encontro Mundial de Direito Agrário, com a participação de juristas e agraristas de todos os continentes e de membros do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro.

A programação científica do evento constou, basicamente, de três seminários. O primeiro, sobre a "Evolução e as metamorfoses dos institutos de direito agrário", o segundo sobre "O trabalho agrário como instituto do direito agrário ou direito agrário laboral", e o terceiro sobre "A questão agrária vista por diversas correntes de pensamento".

Nas sessões de abertura e de encerramento prestou-se significativa homenagem ao Prof. Paulo Torminn Borges, Coordenador do Curso de Mestrado da Faculdade de Direito da UFG, grande propulsor dos estudos agrários no Estado de Goiás.

O homenageado foi agraciado com medalhas da União

Mundial dos Agraristas Universitários e da Suprema Corte de Justiça da Venezuela.

Dirigiram o encontro as Dras. Maria Célia dos Reis e Ivanise Soares de Paula, respectivamente Coordenadora Geral e Coordenadora da Comissão Acadêmica, e o Dr. Altir de Souza Maia, Diretor de Recursos Fundiários do INCRA.

COLÓQUIO ÍTALO-BRASILEIRO DE DIREITO ROMANO

Promovido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, realizou-se de 1 a 4 de setembro, o Colóquio Ítalo Brasileiro de Direito Romano, onde estiveram presentes eminentes juristas italianos e brasileiros.

O temário versou sobre:

. A importância do Direito Justiniano na formação do Direito Moderno e, em particular, dos Direitos dos países latino-americanos.

. Análise da metodologia do ensino do Direito Romano na atualidade: Virtudes e defeitos.

. O Direito da família.

. Direito, Economia e Meio Ambiente.

. Ação Popular.

Em debates e comunicações individuais, diversas universidades estiveram representadas. Entre elas as Federais do Rio de Janeiro, Pará, Ceará, Rio Grande do Sul como representantes brasileiros; as de Roma "La Sapienza", Turim, Bari, Sassari e Nápolis representando a Itália, e o Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro.

GOVERNO PORTUGUÊS CONDECORA JURISTA BRASILEIRO

O Presidente da República Portuguesa, dr. Mário Soares, condecorou a 10 de junho de 1991 com a Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial de Portugal, no grau de Gran-

de Oficial, o Professor Theóphilo de Azeredo Santos, considerando os esforços promovidos pelo eminente jurista e membro do nosso Instituto, no sentido da integração luso-brasileira.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Com o apoio do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro realizar-se-ão no curso de 1992, na Faculdade de Direito da UFRJ dois cursos de especialização: um em Direito Civil, Romano e Comparado e outro em Direito Econômico, com os seguintes programas e respectivos docentes.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

DIREITO CIVIL, ROMANO E COMPARADO

DISCIPLINAS

1. Direito Civil I — Pessoas
. Francisco Amaral
2. Direito Civil II — Família
. Francisco Pereira Coelho
. Diogo Leite Campos
3. Direito Civil III — A propriedade e sua função social
. Orlando de Carvalho
4. Direito Civil IV — O contrato
. Rui Alarcão
5. Direito Romano I — Pessoas e Família
. Pierangelo Catalano
6. Direito Romano II — Obrigações
. Sandro Schipani
7. História do Direito Privado
. Sílvio Meira
. Francisco Amaral

8. **Direito Comparado**
 . Caio Mário da Silva Pereira
9. **Direito Internacional Privado**
 . Antonio Ferrer Correia
 . Agostinho Fernandes Dias da Silva
 . Augusto Carlos de Souza
10. **Didática do Ensino Superior e Metodologia da Pesquisa**
 . Aurélio Wander Bastos

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

DIREITO ECONÔMICO

DISCIPLINAS

1. **Direito constitucional e direito do Estado.**
 . José Joaquim Gomes Canotilho
 . Rogério Erhardt Soares
2. **A Constituição econômica.**
 . Eros Roberto Grau
3. **A Intervenção do Estado na economia.**
 . João Paulo de Almeida Magalhães
4. **Direito econômico. Introdução teórica.**
 . Washington Peluso A. de Souza
5. **A propriedade e sua função social.**
 . Orlando de Carvalho
6. **O contrato no direito contemporâneo.**
 . Rui Alarcão
7. **A empresa no direito brasileiro. Estrutura e função.**
 . Theóphilo de Azeredo Santos
8. **Direito e política industrial.**
 . Aurélio Wander Bastos

9. Direito ambiental.
 . Francisco Amaral
10. Direito do Consumidor.
 . Francisco Amaral
11. Didática do ensino superior e metodologia da pesquisa jurídica.
 . Aurélio Wander Bastos